BOLETIM

P R O E A L C

Centro de Ciências Sociais / CCS – Julho-Agosto-Setembro de 2014 - ISSN 2175-9103 Nº64

Boletim Número 64
Data: Julho-Agosto-Setembro/2014

EDITORIAL

O Boletim que ora apresentamos é uma edição especial com os resumos das apresentações dos bolsistas pesquisadores na 25ª edição da UERJ Sem Muros, no intuito de divulgar as linhas de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC). Confiram estes textos nas Colunas Espaço Aberto.

Também neste número, o leitor poderá encontrar artigos que elucidam problemáticas cruciais de nossa atualidade. Nas Colunas *Em Foco* recomendamos a leitura a excelente texto de Kjeld Jakobsen, sobre os Fundos Abutre na Argentina. Você poderá conferir também informes sobre: 1) a ameaça de restauração conservadora na América Latina; 2) o retrospecto do último dia do Golpe no Chile que culminou com a morte de Salvador Allende; 3) e um texto de apoio a proposta de um Plebiscito Popular de uma Constituinte Exclusiva e Soberana para reformar o sistema político brasileiro; 4) e por fim um mapa das eleições na América Latina, cujos resultados voltaremos a abordar na próxima edição.

Registramos, ainda, que neste número o leitor encontrará uma agenda de eventos e indicações sobre lançamentos de livros com temas afins à linha editorial deste boletim.

Boa leitura,

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire

Dra. Andreia de Souza de Carvalho

Em Foco I

"Fundos abutres": tentativa de submeter a política à economia

Kjeld Jakobsen,
Em 05 agosto 2014**.**

Há várias décadas, quando começaram a investir com maior intensidade e volume nos países do Terceiro Mundo, incluindo ex-colônias recém-independentes, as corporações multinacionais passaram a exigir garantias a seus investimentos, sobretudo contra possíveis perdas devido a estatizações e outras medidas governamentais, como limitações às remessas de lucros. Também é notório historicamente o envolvimento de empresas multinacionais em golpes de Estado contra governos que contrariaram seus interesses econômicos, como os casos das americanas United Fruit na derrubada de Jacobo Arbenz, na Guatemala, em 1954, e AT&T na de Salvador Allende, no Chile, em 1973, entre muitos outros.

A partir do aprofundamento do projeto neoliberal, a ideia de proteger investimentos se tornou lugar-comum, inclusive com tentativas de incluir tratados dessa natureza nas regras da OMC. Se nesta ainda não se obteve êxito, nas instituições financeiras como FMI, Banco Mundial, agências privadas de rating, entre outras, são recomendados ou impostos quando possível. Muitos governos aceitaram firmar Tratados Bilaterais de Investimentos (BITs, na sigla em inglês) como forma de melhorar seus indicadores de risco. No Brasil, o governo FHC chegou a assinar dezessete, mas todos foram rejeitados pelo Senado. Hoje somos um dos poucos países que não adotaram essa praga.

A essência dos BITs, além de definir um leque amplo e absurdo de questões contra as quais os investimentos deveriam ser protegidos – como perdas decorrentes de desastres naturais ou perdas futuras presumíveis devido ao encerramento de atividades –, é a definição de instâncias de solução de controvérsias fora do âmbito do país receptor. Um dos mais conhecidos é o Centro Internacional de Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (Ciadi), ligado ao Banco Mundial. Ou seja, a assinatura desses tratados viola a soberania nacional ao excluir o Poder Judiciário do país receptor como o foro adequado para julgar eventuais queixas dos investidores, podendo causar inúmeros prejuízos contra os quais não há instâncias superiores para recorrer.

Os primeiros laboratórios do neoliberalismo na América Latina foram o Chile e a Argentina, após os respectivos golpes militares na década de 1970. Além disso, na segunda metade daquela década a liquidez dos recursos internacionais disponíveis para empréstimos e refinanciamentos da dívida externa do Terceiro Mundo era mais escassa, e alguns países como a Argentina passaram a aceitar tribunais de outros países para arbitrar controvérsias em relação aos títulos emitidos pelo governo e negociados internacionalmente. Assim, o regime militar argentino aprovou uma lei, em vigor até hoje, que define o tribunal da cidade de Nova York como o foro para dirimir disputas sobre os títulos financeiros emitidos pelo país.

No início do governo neoliberal de Carlos Menem (1989 a 1999), um plano de ajuste econômico semelhante ao Plano Real aplicado no Brasil, pouco depois, estabeleceu a paridade entre o peso argentino e o dólar americano. Essa conversibilidade de um por um foi inscrita na Constituição e mantida a grandes custos econômicos e sociais até 2001, quando o país entrou em profunda crise econômica e a moeda desvalorizada chegou ao câmbio de três pesos por dólar. Portanto, quem naquela época possuísse títulos da dívida argentina em dólares poderia em tese receber três vezes seu valor em pesos, o que seria insuportável para a economia do país.

Dessa forma, houve uma negociação com os portadores desses títulos durante o governo de Nestor Kirchner (de 2003 a 2007), reduzindo seu valor em 66%. Essa negociação foi aceita por 93% dos credores e apenas 7% dos títulos ficaram à deriva. Destes, 1% foi comprado depois a preços extremamente baixos por vários fundos de investimento especializados em especular com os chamados "títulos podres". Conhecidos como "fundos abutres", todos visualizavam a possibilidade de receber o valor de face dos títulos por meio de ações na Justiça, no caso o Tribunal de Nova York. Além de ingressar com as ações, promoveram intenso lobby no tribunal e perante a opinião pública, gastando cerca de US$ 1 milhão por ano.

O juiz Thomas Griesa deu ganho de causa aos "abutres", atribuindo-lhes o direito de receber US$ 1,3 bilhão pelos títulos. Somente um deles, o Fundo NML, comprou seus títulos por US$ 48,7 milhões e agora pode receber US$ 832 milhões, um lucro de aproximadamente 1.600%! A sentença foi além: o juiz também impediu o governo argentino de honrar o pagamento dos juros e dividendos vencidos em 29 de julho passado aos credores que fizeram acordo, enquanto não cumprir a sentença. Assim, cerca de US$ 540 milhões depositados pelo governo argentino com essa finalidade estão bloqueados no Mellon Bank em Nova York.

Diante disso, o governo de Cristina Kirchner ficou em uma situação delicada. Se acatada a sentença do juiz, os outros 6%, que não fizeram acordo, mas ainda não ingressaram com ações, têm perspectivas concretas de também ser beneficiados, o que quase esgotaria as reservas financeiras do país. Sem falar da possibilidade de os demais credores que aceitaram a negociação também tentarem alguma coisa, ainda mais com o governo impedido de honrar a dívida com eles.

A pressão exercida pelas instituições financeiras e pela mídia sobre os argentinos é grande. Sua luta é para que o capital financeiro e especulativo possa se movimentar à vontade, sem interferências estatais e com total garantia a seus lucros. Para elas, o capitalismo já não é uma atividade de risco. Por isso, a mídia mundial fala em "calote" e "default" para constranger o governo argentino e fortalecer a oposição de direita, pois acredita que uma mudança de governo possa favorecer as políticas neoliberais que defende. O "calote" não existe,

uma vez que a Argentina vem honrando o acordado com os credores há quase dez anos e recentemente recebeu integral apoio dos Brics, da Unasul e do Mercosul contra a imposição do tribunal nova-iorquino.

Custe o que custar, o governo de Cristina Kirchner não poderá ceder e necessitará de apoio concreto de seus aliados para aceder a créditos e mercados internacionais. A presidenta Dilma Rousseff já se comprometeu a levar para a próxima Cúpula do G-20 a discussão sobre a criação de regras que definam procedimentos e garantias para situações como a negociação da dívida argentina, pois atualmente elas não existem. Há somente a intenção das empresas multinacionais e dos especuladores de submeter a política e a soberania nacional aos ditames dos agentes econômicos. Não se trata mais de "Estado mínimo", e sim da eliminação do Estado. - See more at: http://www.teoriaedebate.org.br/colunas/mundo/fundos-abutres-tentativa-de-submeter-politica-economia#sthash.gOujYZwc.dpuf

Fonte: http://www.teoriaedebate.org.br/colunas/mundo/fundos-abutres-tentativa-de-submeter-politica-economia

Em Foco II

Entre a profundidade das mudanças e a ameaça de restauração conservadora

Atilio Boron

Compartilho uma reflexão inicial sobre as posições e discussões sustentadas no Encontro que as forças de esquerda e progressistas tiveram em Quito, nos dias 29 e 30 de setembro, com o tema “As revoluções na Pátria Grande: metas e desafios”.

Primeiro, a constatação de que o ciclo de ascensão do movimento popular na América Latina e o Caribe se deteve. Claro, a dinâmica da luta de classes segue seu curso nos distintos países, e em alguns casos com muita intensidade, onde se pode observar um arquipélago de resistências aos acelerados processos de expropriação e saque, perpetrados pelas grandes transnacionais do “agronegócio” e da mineração, principalmente. Ciclo que, sem dúvida, poderá renascer em não muito tempo.

Em outras palavras, a formidável maré de caráter continental desatada em fins do século 20, com a vitória de Hugo Chávez nas eleições presidenciais venezuelanas de 1998, se estancou. Poder-se-ia se dizer que o ponto mais elevado deste ciclo ascendente foi a derrota da ALCA em Mar del Plata, em novembro de 2005, e que o estouro da nova crise geral do capitalismo em 2008 marcou o princípio do fim daquela fase. Um exemplo eloquente deste processo é proporcionado pelo auge e decadência do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, importantíssimo nos primeiros anos do século, e reduzido à irrelevância nos últimos tempos.

Outro exemplo é aportado pela constatação da “guinada à direita” do centro de gravidade do espectro político, em países como Argentina, Brasil, Uruguai, outrora referenciais da “centro-esquerda” latino-americana; ou pelas crescentes pressões exercidas pelo bloco oligárquico-imperialista sobre os governos bolivarianos da Bolívia, Equador e Venezuela.

Segundo, e como corolário do anterior, depois do desconcerto inicial e do retrocesso experimentado pela direita latino-americana ante o avanço do movimento popular, desencadeou-se um processo de reorganização e reacomodação das forças conservadoras. Em linha com o que observara Antonio Gramsci, em período de crise, estas mudam nomes, agendas, estratégias, táticas, organizações e lideranças para enfrentar, em nosso caso sob direção geral de Washington, os desafios colocados pela nova situação.

As opções são várias: apostam no golpe de Estado na Bolívia (2008) e Equador (2010), e fracassam, não por acaso em dois países que haviam experimentado vigorosos processos de auge das massas. Já antes, em uma mobilização premonitória, tinham tentado na Venezuela, em 2002, derrubar Hugo Chávez, mas a

impressionante resposta popular frustrou tais propósitos. Mas triunfaram em duas peças mais frágeis da cadeia imperialista, apelando a novas táticas: os “golpes institucionais”, em Honduras (2009) e Paraguai (2012).

Essa “direita recarregada” se monta sobre o projeto de recuperação e disciplinamento da América Latina e Caribe, desenhado pela Casa Branca a partir das crescentes dificuldades que sua primazia encontra no Oriente Médio, Ásia Central e Extremo Oriente, o que a leva a privilegiar o controle de sua “retaguarda estratégica” a qualquer preço.

Neste novo cenário, essa direita patrocinada, financiada, organizada e aconselhada por Washington lança um projeto de “restauração conservadora”, que combina estratégias institucionais (como criação – ou recriação – de partidos de uma direita neocolonial, que opere falaz e provisoriamente dentro das regras do jogo da democracia) com outras de caráter francamente insurrecionais e sediciosas, como retrata com total clareza a agressão perpetrada contra a República Bolivariana da Venezuela, com suas trincheiras que ocasionaram quase meia centena de mortes, uma vez que a direita voltou a saborear a derrota nas eleições de 2013.

Entre ambas as estratégias, as institucionais e insurrecionais, se apresenta um amplo leque de opções intermediárias, ainda que todas elas com um denominador comum: substituir por qualquer meio os governos que não se alinham incondicionalmente a Washington. Por exemplo, os que não admitem a instalação de bases militares norte-americanas em seus territórios. Isto os converte automaticamente em inimigos a serem derrotados, apelando-se a qualquer recurso.

Em terceiro lugar, há que ter em conta os impactos fortemente negativos que a atual crise geral do capitalismo exerce, através de múltiplos fios condutores, sobre as economias latino-americanas, e suas implicações nos diversos esquemas regionais de integração, como o Mercosul, a Unasul, a Petrocaribe, a CELAC etc.

A interminável recessão, que já se prolonga por mais de seis anos, provocou a diminuição da demanda e dos preços da maioria das commodities produzidas na região, crescentes restrições e condicionamentos impostos pelos grandes capitais para realizar investimentos em países das periferias e, em alguns casos, uma queda no volume das remessas dos emigrados, criando uma situação fiscal cada vez mais comprometida para os governos da região.

Essa combinação de fatores afeta com maior intensidade países como Bolívia, Equador e Venezuela, que nos últimos anos embarcaram em ambiciosos programas de reforma social, combate à pobreza e à desigualdade e custosos investimentos em infraestrutura. O desequilíbrio nas contas públicas agudiza a vulnerabilidade das economias latino-americanas, aumenta sua dependência externa e debilita o impulso integracionista ao ter de fazer frente às tensões comerciais e financeiras da conjuntura, abrindo-se aos influxos da economia mundial, o que vai contra os acordos regionais de cooperação econômica e política.

Um exemplo: se os países da ALBA necessitam cada vez mais de dólares para importar bens essenciais para seu aparato produtivo, tenderão inevitavelmente a orientar suas relações econômicas a países que possam pagar nessa moeda por suas exportações, em detrimento dos intercâmbios econômicos pagáveis com o Sucre ou com moedas locais. O estancamento do Mercosul tem como uma de suas causas precisamente essa mesma situação. E as restrições em matéria de integração econômica pouco tardam em se projetar sobre a cena política.

Não surpreende, portanto, que a Unasul se tenha visto negativamente afetada pelo clima econômico recessivo imperante na economia mundial, clima que, com uns anos de atraso, em relação a sua irrupção nos capitalismos metropolitanos, terminou por asfixiar os países da área.

Quarto e último (por enquanto, como diz o Comandante): houve um consenso muito grande no Encontro acerca de que a sustentabilidade dos processos de reformas não descansa sobre pactos ou acordos com o *establishment* local ou internacional (cuja história ensina que invariavelmente terminam com a derrota do campo popular), mas sobre a ininterrupta extensão e aprofundamento das reformas.

Não há consolidação do conquistado se a marcha se detém ou se cai na armadilha do falso realismo do “possibilismo”. Claro que, para continuar o avanço, não bastam apelações retóricas ou culto ao voluntarismo. É necessário aperfeiçoar a organização dos movimentos sociais e forças políticas identificadas com o

processo de transformações e trabalhar incansavelmente nisso que Fidel chama de “batalha de ideias”, a conscientização do campo popular.

Em suma: a fórmula da sustentabilidade desses processos que mudaram o mapa sociopolítico latino-americano, desde o começo do século, é “organização + conscientização”. É sabido que cada avanço a um horizonte revolucionário – até a construção de uma sociedade não só pós-neoliberal, mas pós-capitalista – desencadeará as mais ferozes reações da direita vernácula e seus senhores imperialistas, como desgraçadamente comprova o assassinato perpetrado por esses dias em Caracas, do jovem deputado chavista Robert Serra.

Alguns setores do progressismo (inclusive de uma certa esquerda) podem cair em um eleitoralismo teórico em relação ao caráter onipresente e permanente da luta de classes, coisas que jamais ocorrem com nossos inimigos, demasiadamente acostumados ao exercício do poder para se distrair com tais bobagens.

A direita, a burguesia imperial e seus aliados na periferia sabem que a luta de classes é tão real e inexorável como a lei da gravidade, e levam essa crença até suas últimas consequências no terreno da práxis. Se para prevalecerem no conflito têm de matar, vão matar; se têm de torturar, vão torturar; se têm de desaparecer com seus inimigos, farão com que desapareçam. Avançar convictamente é a única maneira de desbaratar seus planos.

- Atilio Boron é sociólogo argentino.
Traduzido por Gabriel Brito, do Correio da Cidadania.

Fonte: http://alainet.org/active/77840&lang=es

Em Foco III

O dia final de Salvador Allende

Maurício Brum

No início da manhã de 11 de setembro de 1973, Salvador Allende ainda acreditava que o golpe de Estado em andamento poderia ser contornado. Não era a primeira vez que um grupo de militares se insurgia contra o governo. Agora, o levante havia começado pela Armada – e restava a esperança de que a revolta fosse reduzida a alguns navios no porto de Valparaíso. Allende confiava que Augusto Pinochet permaneceria tão leal quanto fora Carlos Prats, seu antecessor no comando do Exército. Acreditava que o golpe seria vencido ou, caso viesse mesmo, que não teria o aval de Pinochet. Mas seguia sem conseguir contato para se comunicar com o general.
– Pobre Augusto, deve estar preso – comentou o presidente com alguns companheiros próximos.

Naquela altura, Allende já se localizava no palácio de La Moneda. Havia sido acordado pouco depois das seis da manhã, por um telefonema inquietante informando a situação em Valparaíso: a cidade fora sitiada e jazia na mira de canhões dos navios de guerra do próprio país. O presidente puxou o telefone para tomar a posição do comandante da Marinha, Raúl Montero, mas não obteve resposta. Depois, tentou chamar Pinochet, que também não atendeu. O único a responder foi o general golpista Herman Brady, com a promessa jamais cumprida de enviar soldados para combater o movimento no litoral.

Enquanto isso, o almirante Montero era mantido em prisão domiciliar por seus subordinados, agora às ordens de José Toribio Merino, que se autodenominou chefe da Armada. Já Pinochet estava encabeçando o golpe, embora o presidente ainda não soubesse. Por volta das 7:35 da manhã, enquanto Allende chegava a La Moneda, o comandante do Exército também desembarcava em sua base de combate naquela manhã: o quartel de telecomunicações de Peñalolén, na zona leste de Santiago, de onde passaria as instruções decisivas para a derrocada do governo constitucional.

Ainda sem saber a dimensão do putsch, Salvador Allende entrou ao vivo na frequência da Rádio Corporación duas vezes antes de os militares lerem seu primeiro comunicado do dia. Em suas incursões, o presidente reiterou que “até o momento, não houve nenhum movimento anormal de tropas em Santiago”, e manifestou fé na existência de regimentos leais que não se somariam à intentona. Mas suas esperanças se esvaíram pouco depois disso, às oito e meia, quando o tenente-coronel Roberto Guillard leu a carta da Junta Militar numa cadeia de rádios de oposição. Sua voz vinha desde o quinto andar do Ministério de Defesa, taxativa:

Santiago, 11 de setembro de 1973.

Tendo presente:

Primeiro: a gravíssima crise econômica, social e moral que está destruindo o país;

Segundo: a incapacidade do governo para adotar as medidas que permitam deter o processo e desenvolvimento do caso;

Terceiro: o constante incremento dos grupos paramilitares, organizados e treinados pelos partidos políticos da Unidade Popular que levarão o Chile a uma inevitável guerra civil, as Forças Armadas e Carabineros do Chile declaram:

Primeiro: que o senhor presidente da república deve proceder a entrega imediata de seu alto cargo às Forças Armadas e Carabineros do Chile;

Segundo: que as Forças Armadas e o corpo de Carabineros do Chile estão unidos para iniciar a histórica e responsável missão de lutar pela liberação da Pátria do jugo marxista, e a restauração da ordem e da institucionalidade;

Terceiro: os trabalhadores do Chile podem ter a segurança de que as conquistas econômicas e sociais que alcançaram até hoje não sofrerão modificações no fundamental;

Quarto: a imprensa, rádios e canais de televisão favoráveis à Unidade Popular devem suspender suas atividades informativas a partir deste instante. Do contrário receberão castigo aéreo e terrestre.

Quinto: o povo de Santiago deve permanecer em suas casas a fim de evitar vítimas inocentes. Entre os comandantes – verdadeiros ou autodenominados – que assinavam o documento, estava o nome de Augusto Pinochet. Sua presença na lista confirmava a adesão do Exército ao golpe – e a impossibilidade de o governo superá-lo.

O plebiscito que não houve

O golpe aconteceu numa terça-feira. O final de semana anterior havia sido marcado por uma série de reuniões de Allende com lideranças políticas e militares, discutindo as alternativas para o futuro imediato do país. Os problemas do governo iam além da crise econômica impulsionada por seus próprios erros estratégicos e pelos boicotes norte-americanos. Também estavam presentes o terrorismo da ultradireita, as greves dos sindicatos de oposição, em especial o dos caminhoneiros, o desabastecimento do comércio e a inflação perene. As Forças Armadas vacilavam em suas convicções democráticas e os partidos de oposição – e boa parte da sociedade – já apoiavam uma intervenção militar, acreditando um retorno rápido à normalidade.

Dentro da Unidade Popular, duas teses se confrontavam para decidir a estratégia a seguir. Um lado, encabeçado pelos socialistas, desejava acelerar as mudanças mesmo que à revelia da legalidade, impondo antes de negociar. A outra corrente, defendida pelos comunistas e por Allende, queria chamar ao diálogo com os adversários, mesmo que isso arriscasse ceder em parte das mudanças levadas a cabo pelo governo nos últimos três anos. Depois de avançar rápido demais e ver a situação se tornar ingovernável, a ala moderada da UP se esforçou para buscar uma saída e evitar mais derramamento de sangue. Sentindo-se encurralado, o presidente idealizou uma alternativa drástica: um grande plebiscito nacional pela continuidade ou não de sua administração.

Parecia-lhe a maneira mais honrosa de deixar o cargo sem correr o risco de jogar o país numa quebra institucional. Salvador Allende sabia que seria derrotado. Desde sua vitória, em setembro de 1970, a UP só teve a maioria absoluta do eleitorado uma vez – em março de 1971, e mesmo assim somando as cidades de todo o país nos pleitos municipais, com uma margem estreitíssima. Aquele triunfo aproveitou o sucesso econômico dos meses iniciais do governo, mas não correspondia ao cenário real e dividido da política chilena. Allende mesmo fora eleito com apenas 36,6% dos votos, numa disputa rachada entre três nomes. Ainda assim, segundo seus assessores mais próximos, o presidente estava disposto a renunciar tão logo o plebiscito o derrotasse.

Os chilenos, porém, não saberiam de suas reais intenções até a década de 90: nunca houve tempo de convocar a votação pretendida por Allende. No domingo, 9 de setembro de 1973, o mandatário havia convocado dois generais para uma reunião decisiva em que comentou precisamente seu projeto de colocar nas mãos da cidadania os rumos do poder. Naquela manhã, Augusto Pinochet e Herman Brady – o homem que atenderia o telefonema presidencial no dia 11 – apresentaram-se no escritório do mandatário. Sem desconfiar que estava diante de dois dos principais conspiradores a favor do golpe, Allende confidenciou-lhes a intenção de chamar o povo às urnas. Surpreso, Pinochet afirmou:

– Isso muda toda a situação, presidente. Vai ser possível resolver o conflito com o Parlamento e isso aliviará a tensão.

O que aquela descoberta realmente mudou foi a data do golpe. Fazendo um eterno jogo duplo para se posicionar em público sempre ao lado do mais forte, Pinochet já estava convencido pela causa golpista, e concluiu que a sublevação precisaria ocorrer antes do discurso presidencial. Uma intervenção dos fardados perderia muito de seu apoio caso a população soubesse da proposta de uma saída democrática para o impasse político. O levante estava previsto para antes das Festas Pátrias de 18 e 19 de setembro, para evitar uma nova parada militar diante do presidente que se queria derrubar. Mas a insurreição provavelmente só aconteceria por volta do dia 14, quando ocorriam os ensaios para o desfile e um deslocamento de tropas até Santiago seria menos suspeito.

Municiado pelas novas informações, Pinochet se reuniu naquela mesma noite do dia 9 com Merino e Gustavo Leigh, comandante da Aeronáutica. Foi durante a festa de treze anos de sua filha, Jacqueline Pinochet, que o general e os demais conjurados chegaram ao acordo de antecipar o “Dia D” para às seis da manhã de 11 de setembro – cinco horas antes do momento em que Allende tomaria os microfones para anunciar seu plebiscito.

Santiago como um grande quartel

Se aquele fosse um dia comum e a agenda do presidente se mantivesse inalterada, a manhã do 11 marcaria a abertura da exposição “Por la vida siempre”, na Universidade Técnica do Estado (UTE). Até o final do mês, em todos os polos da instituição pelo país, estavam previstas quinhentas exposições mais ou menos simultâneas, expondo os horrores de uma guerra civil – que se temia para o Chile naquele contexto de divisão. As “jornadas antifascistas”, como chegaram a ser chamadas, seriam inauguradas por Salvador Allende no campus da UTE de Santiago, no mesmo ato em que pretendia anunciar oficialmente a realização do plebiscito.

No entanto, desde a véspera aquela programação pouco a pouco ganhou contornos de hipótese improvável. O presidente passou a noite de 10 de setembro reunido em sua residência oficial com vários assessores, planejando o dia seguinte. Perto da meia-noite, a conversa foi interrompida por um telefonema com o aviso: agricultores residentes na beira da rodovia tinham testemunhado o deslocamento de vários caminhões militares, saídos das cidades de Los Andes e San Felipe com direção à capital. Apesar do movimento suspeito, Allende não ficou atarantado:

– Se eu fosse acreditar em todos os rumores que ouço, ficaria louco – disse aos colegas.

Quando o mandatário se deitou para uma breve noite de sono antes do dia agitado, já havia comprado a versão do Exército: os soldados enviados para Santiago ajudariam a reforçar a segurança da cidade na manhã seguinte, quando poderia haver protestos no centro. Em meio a tantos acontecimentos, o 11 de setembro previa um importante evento a mais: a Justiça realizaria a sessão em que suspenderia o foro

privilegiado do senador Carlos Altamirano e do deputado Guillermo Garratón, membros da base aliada de Allende que haviam acolhido as denúncias de um grupo de marinheiros, os quais garantiam ter ouvido seus superiores falando de uma trama golpista. A Armada, evidentemente, negava tudo – e pretendia processar os políticos.

Nem Altamirano nem Garretón chegaram a ter sua imunidade parlamentar formalmente cancelada porque, no dia 11, o próprio conceito de parlamentar – e de imune – se tornou alienígena. Os magistrados não puderam se reunir para julgar a causa; os fatos atropelaram o processo e confirmaram que a Marinha estava mesmo planejando o golpe denunciado por seus recrutas e, principalmente, os mandatos dos dois políticos – e de todo o Congresso – logo seriam anulados pelo novo regime. O Parlamento chileno foi dissolvido por um decreto autoritário da Junta Militar e permaneceu fechado até 1990, na volta à democracia.

Allende começou a tomar conhecimento de tudo o que estava passando no país graças àquele telefonema do início da manhã, mas antes disso as tropas já estavam dando os primeiros passos. No campus da UTE, onde deveria acontecer o ato presidencial, uma patrulha militar invadiu a rádio universitária e destruiu suas instalações, impedindo-a de funcionar. Este seria o primeiro atentado contra uma emissora favorável ao governo: ao longo da manhã do golpe, as poucas rádios que ainda colocavam os pronunciamentos de Allende no ar foram silenciadas rapidamente, com suas torres bombardeadas pelos aviões militares.

O presidente começou o dia falando em três rádios principais – a Corporación, a Portales e a Magallanes – e, na altura de seu último discurso, só uma delas ainda estaria operando. As demais emissoras do país ainda no ar ficaram tocando intermináveis marchas militares, interrompidas apenas pelos decretos emitidos ordinariamente pela Junta: ameaças de fuzilar no ato quem tentasse resistir ao golpe, recomendações para que o povo não saísse às ruas, listas de nomes de “extremistas” que deviam se entregar, ultimatos ao presidente e aos companheiros que insistiam em resistir no palácio.

“Eu não vou renunciar”

A resistência de La Moneda durou a manhã inteira. No início do dia, o prédio ainda era guarnecido por um grupo de Carabineros, com a presença do próprio diretor da corporação, o general José Sepúlveda. No entanto, essa presença não durou muito: os soldados desertaram quando o primeiro decreto da Junta veio ao ar e o desconhecido César Mendoza assinou como comandante da instituição. A exemplo do que Merino fizera na Armada, Mendoza também deu um golpe interno nos Carabineros: no seu caso, passou a perna em seis generais mais antigos e virou diretor “de fato” ao assumir o controle da central de telecomunicações da polícia, de onde pôde dar ordens ao país inteiro.

Sem suporte militar de qualquer tipo, os defensores do palácio resistiram usando as armas abandonadas pelos próprios Carabineros, além do equipamento mantido pela escolta presidencial. Tratava-se, evidentemente, de uma resistência simbólica: menos de uma centena de homens parcamente armados contra todo o aparato militar do Chile. Com o tempo correndo perigosamente contra, Allende entrou em contato com a última emissora de rádio aliada ainda no ar. Às 9:10, os chilenos sintonizados na Rádio Magallanes puderam ouvir, entre nuvens de estática, o último discurso do presidente.

O cerco final a La Moneda

Após a despedida de Allende, La Moneda se viu rodeada por tanques. No restante da manhã, a Junta reiterou suas ofertas para que o presidente renunciasse ao cargo para ter sua integridade física mantida. Os militares prometiam deixar um avião à disposição para levá-lo a qualquer parte em que desejasse se asilar. Salvador Allende, porém, não aceitou. Em 1985, vazaram gravações das conversas internas dos comandantes, em que Pinochet diz textualmente:

– Mantém-se o oferecimento de retirá-lo do país… e o avião cai, viejo, durante o voo – ao fundo, os colegas do general gargalhavam.

O bombardeio aéreo do palácio atrasou por quase uma hora. Prometido para as onze da manhã, teve seu início apenas às 11:52, quando foi disparado o primeiro dos 79 mísseis a saírem dos caças Hawker Hunter. Antes disso, a residência presidencial, localizada em outro ponto de Santiago, também havia sofrido ataque aéreo. Lá estava a primeira-dama, Hortensia Bussi, que conseguiu fugir escondida num automóvel dirigido por um guarda-costas.

As bombas caíram sobre La Moneda por cerca de 25 minutos. Depois, aproveitando-se dos rombos abertos no palácio, helicópteros se aproximaram e lançaram granadas de gás lacrimogêneo. Apesar de toda a violência do ataque, o 11 de setembro deixaria somente duas vítimas na sede do governo chileno: dois suicídios. O primeiro foi o jornalista Augusto Olivares, diretor da Televisão Nacional, enquanto o bombardeio acontecia. O segundo, apesar das controvérsias que essa afirmação gerou nessas quatro décadas, foi Salvador Allende.

Por muitos anos a versão do suicídio do presidente foi combatida, inclusive por outros defensores do palácio, que garantiam ter presenciado uma troca de tiros. Nos tempos de resistência à ditadura, parecia mais útil a imagem do homem que morrera lutando do que o suicídio honroso de alguém que se recusou a cair nas mãos dos inimigos. Fidel Castro endossou essa versão num discurso que deu em Havana no fim daquele setembro sombrio, e mais tarde seria a vez de Gabriel García Márquez dar ainda mais força à lenda, com um texto baseado em relatos de testemunhas em que confirmava a ocorrência de um tiroteio entre o presidente e os homens do general Javier Palacios – que comandou a invasão ao prédio.

A cada aniversário do golpe, novos livros tentando comprovar “a verdadeira história” por trás das horas finais de Salvador Allende reconstroem as versões, e ainda hoje são escritos textos reforçando a tese do tiroteio. No entanto, na obra mais exaustiva a respeito do assunto – El último día de Salvador Allende, de 2008 –, o médico Óscar Soto confirma de forma convicta o suicídio. Tal sustentação também veio de todas as autópsias encomendadas periodicamente pelos governos chilenos após a volta à democracia.

Cardiologista do presidente, Soto esteve no palácio naquele dia e participou de reconstituições com outros colegas da defesa. De acordo com seu relato, por volta da uma e meia da tarde e já sem chances de resistir, Allende havia pedido que os colegas se rendessem, saindo pela porta lateral do prédio, que dá na rua Morandé. Anunciou que seria o último da fila, mas aproveitou a confusão e se retirou no Salão da Independência, onde tirou a própria vida com o AK-47 que lhe havia sido presenteado por Fidel, anos antes. O tiro foi ouvido das escadarias, seguido pelo grito enlouquecido de Enrique Huerta, responsável pela manutenção do palácio:

– Allende morreu! Viva o Chile!

Longe do palácio, as outras vítimas de La Moneda

Huerta chegou a recolher a arma do tapete para acompanhar a imolação do mandatário, mas foi convencido de que seu sacrifício seria inútil pelo médico Héctor Pincheira. Os dois decidiram respeitar a última ordem de Allende e saíram do prédio pela porta lateral, onde – como todos os demais – foram imediatamente obrigados a se deitar de bruços no chão. A imagem ficou famosa: correram o mundo os registros dos defensores de La Moneda jogados na rua diante das lagartas ameaçadoras de um tanque de guerra.

Ninguém morreu no asfalto de Morandé, mas nos dias seguintes muitos outros nomes se somaram à listagem de vítimas do palácio, que inicialmente contava apenas com Augusto Olivares e Salvador Allende. Dos 56 prisioneiros capturados com vida, 24 foram vítimas de execuções sumárias ou se tornariam desaparecidos políticos, inclusive Héctor Pincheira e Enrique Huerta. A repressão logo se abateu por todo o país, acompanhada pela imposição de um toque de recolher que vigorou até o dia 13. O país já era outro quando se pôde voltar às ruas. Sua posição no cenário político internacional, também: alguns rapidamente criticaram a brutalidade do novo regime, outros silenciaram. A grande maioria, mais cedo ou mais tarde, lembrou dos acordos comerciais para ignorar as violações de direitos humanos.

Mas houve uma nação que se antecipou às demais. Alguns anos mais tarde, Augusto Pinochet lançou um livro de memórias chamado El día decisivo, sobre os preparativos do golpe. Montado como se fosse uma entrevista, com perguntas e respostas, o volume inclui a seguinte interrogação:

Pergunta: Nesse dia [11 de setembro], algum país reconheceu o novo governo do Chile?

Pinochet: Sim. Nessa tarde eu me encontrava no escritório do Diretor da Escola Militar, quando chegou o Embaixador do Brasil no Chile, senhor Câmara Canto, para dizer que seu país reconhecia o novo governo do Chile, nobre gesto desse país irmãos que os chilenos nunca esqueceremos.

O Brasil, que havia dado apoio de bastidores ao golpe, não sentiu qualquer constrangimento em assumir a trama nas horas seguintes à morte de Allende. O governo Médici seria o primeiro em todo o mundo a emprestar dinheiro para Pinochet começar a "reconstrução" do Chile, e logo autorizou o envio de medicamentos, alimentos e combustíveis para Santiago. Também mandou um destacamento de "especialistas em interrogatórios", com a missão de ensinar aos militares transandinos as técnicas de tortura mais eficientes empregadas nos porões brasileiros. Era o início de uma frutífera relação entre as duas ditaduras.

Fonte: http://www.ebc.com.br/noticias/40-anos-do-golpe/2013/09/o-dia-final-de-salvador-allende

Em Foco IV

O vitorioso Plebiscito Popular da Constituinte!

Editorial da edição 602 do Brasil de Fato,
09/09/2014

As urnas estão sendo apuradas e ainda não é possível saber o total de votos obtidos. De qualquer forma, os percentuais já apurados permitem afirmar a estrondosa vitória dos que defendem a constituinte exclusiva. E, uma informação é certa, a mobilização surpreendeu até os mais otimistas.

O Plebiscito Popular da Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político produziu uma unidade entre as forças sociais e populares que não se via desde a campanha contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), comprovando a força desta proposta no atual momento histórico.

Foram mais de 100 mil militantes e ativistas voluntários em todo o país, a imensa maioria de jovens, dedicando-se de forma incansável em instalar urnas em toda parte. O primeiro Plebiscito Popular da era das redes sociais produziu uma infinidade de imagens, gerando a bem-humorada modalidade que foi apelidada de #PlebiSelfie, envolvendo artistas, intelectuais, lideranças populares numa campanha onde todos puderam acompanhar o ânimo e o esforço militante nos mais distantes pontos.

Mais uma vez, a força das redes sociais driblou a proposital omissão da grande mídia. A grande mídia limitou-se a coberturas locais e artigos críticos, desqualificando a campanha e os participantes. Nada impediu que a mobilização ganhasse a proporção que tomou.

O elemento mais original deste plebiscito popular, quando comparado às experiências anteriores, foi a participação dos trabalhadores. Uma enorme quantidade de urnas em fábricas e empresas marcaram o envolvimento do movimento sindical. Centenas de escolas e universidades realizaram debates e o tema da Constituinte ganhou força na juventude.

Hoje, não resta dúvida de que, se novas circunstâncias possibilitarem novamente grandes mobilizações da juventude, a bandeira da "Constituinte Já" ganhará as ruas. Não só porque a unidade consagrada entre os principais movimentos sociais irá assegurar sua presença, como pelo resultado do formidável trabalho pedagógico construído no Plebiscito Popular.

A primeira batalha foi vitoriosa. Porém, a conquista de uma Constituinte não será tarefa fácil. Será necessário conquistar um plebiscito oficial, com valor legal, com a mesma pergunta: "Você é a favor de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político?" E o Congresso Nacional detém a prerrogativa de convocar um Plebiscito Legal.

Sabemos que sem muita pressão social, uma vitória que incomoda tanto os interesses da classe dominante é impossível. Recordemos que mesmo a campanha das "Diretas Já", nossa maior mobilização social, que mais acumulou forças para a luta popular não conseguiu aprovar a Emenda Dante de Oliveira que restabelecia eleições presidenciais diretas.

Isso somente será possível se os mais de 1.800 comitês populares que se conformaram ao longo da preparação do Plebiscito Popular forem capazes de se manter atuantes, conservando a preciosa unidade entre as diversas forças políticas e novos ativistas que trabalharam juntos nos últimos meses.

Estamos assistindo a uma ofensiva política conservadora, que aposta todas as fichas em derrotar as conquistas obtidas nas últimas décadas. Assistimos a isso no formato diretamente golpista em Honduras e no Paraguai, nas últimas eleições em que se construíram candidaturas muito bem patrocinadas nos vários países do continente e nos intensos ataques contra o governo Maduro na Venezuela. Seria muita ingenuidade imaginar que não aproveitariam a conjunção de uma quadro recessivo com as eleições brasileiras.

Com o atual sistema político em que o Parlamento é hegemonizado por grandes grupos econômicos, nenhum avanço social será possível. Não basta uma mera reforma eleitoral, mudar o sistema político é mudar suas bases constitucionais. Daí por que a proposta de uma Constituinte incomoda tanto os conservadores.

O maior resultado deste plebiscito popular não será medido em números. É ter conquistado corações e mentes da juventude. Esta é a garantia de que a bandeira da “Constituinte já” seguirá ganhando força. E todos os que trabalharam incansavelmente nesta campanha levarão pro resto da vida o orgulho de terem deflagrado o movimento que mudará o curso de nossa história.

Fonte: http://www.brasildefato.com.br/node/29771

Em Foco V

Mapa das eleições de 2014 na América Latina e Caribe

Agência Newspaper
Editorial

O ano de 2014 tem início com uma conjuntura marcada pelas expectativas com relação a eleições tanto presidenciais, quanto estaduais, municipais e distritais nos países latino-americanos e caribenhos[1].
Em 2013 o clima não foi diferente, países importantes como Equador, Paraguai,Honduras e Chile, elegeram ou reelegeram seus presidentes. No Equador, o processo eleitoral, levado a cabo em 17 de fevereiro, teve apenas uma primeira rodada, na qual o presidente Rafael Correa, da “Aliança PAIS”, foi eleito para um novo mandato.

Já no Paraguai, ocorreram eleições, em 21 de abril, para presidente, vice-presidente, senadores, deputados e governadores. Horacio Cartes, da “Associação Nacional Republicana” ou “Partido Colorado”, saiu como vencedor à Presidência frente à grande quantidade de adversários. Além disso, foram renovados os 45 senadores e 80 deputados do Parlamento paraguaio.

Em Honduras, o “Tribunal Regional Eleitoral” (TRE) registrou Juan Hernández, do “Partido Nacional de Honduras” (PNH), como novo Presidente eleito, após um grande processo de eleições gerais, em 10 de novembro, que contou com aproximadamente 800 observadores internacionais, dentre eles: a “Organização dos Estados Americanos” (OEA) e a “Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas” (CSTA)[2].
O Chile teve uma segunda rodada de eleições presidenciais, em 15 de dezembro, na qualMichelle Bachelet, da coalizão “Nova Maioria” saiu ganhadora frente à candidata Evelyn Fornet, da coalizão Aliança. Uma das novidades das eleições chilenas, destarte a baixa porcentagem de votantes, foi a faixa etária dos eleitores, que ficou na faixa dos 18 aos 34 anos, em pleito facultativo, implantado em 2012, para as eleições municipais e depois ampliado aos demais cargos políticos[3].

Se o ano que passou trouxe importantes modificações na composição política dos países latino-americanos e caribenhos, o novo cenário eleitoral que agora se inicia, não será diferente. Estão previstas eleições a partir

de 2 de fevereiro até 30 de novembro, que poderão confirmar ou modificar líderes significativos para o futuro político das regiões em questão.
Entre as 40 nações que irão eleger novos representantes, segundo a revista "The Economist", em 6 de janeiro[4], 12 estão localizadas nas áreas latino-americanas e caribenhas. São elas: El Salvador, Costa Rica, Equador, Nicarágua, Colômbia, Antigua e Barbuda, Panamá, República Dominicana, Uruguai, Bolívia, Peru e Brasil.

Desses, Dilma Rousseff, do "Partido dos Trabalhadores" (PT), do Brasil, e Juan Manuel Santos, da Colômbia, do "Partido Social de Unidade Nacional" (Partido da U), pretendem a reeleição[5]. Segundo o "International Business Times", as eleições brasileiras serão um dos principais eventos do ano, ao lado da "Copa do Mundo" da "Federação Internacional de Futebol" (FIFA, na sigla em francês) e de um desempenho econômico regional marcado pela alta nos índices de inflação.

Não apenas os temas econômicos, como a própria política da região tem se apresentado como um fator de atenção, devido, sobretudo, aos desafios impostos ao cenário democrático atual. Uma das discussões colocadas é a questão da cada vez maiorinterseção entre os cenários doméstico e internacional em relação à tomada de decisões em pautas como mudanças climáticas, ou mesmo a proteção dos direitos humanos e a segurança alimentar.

Muitos dos problemas que hoje constituem o que se poderia denominar como umaagenda internacional, ou seja, uma cadeia de ideias compartilhadas por indivíduos organizados, em torno de problemas que ultrapassam as fronteiras nacionais, também estão contempladas em planos de governo domésticos. No entanto, as semelhanças acabam por aí, uma vez que é cada vez mais difícil conciliar aspirações advindas desses ambientes democráticos com as decisões internacionais.

Assim, entre os desafios que os próximos líderes enfrentarão em 2014 está, principalmente, o de aprimorar o relacionamento entre os ambientes em questão, independente da posição que ocupem, em esferas mais altas da política ou não. Isso porque é cada vez mais comum a troca de experiências e maior articulação entre prefeituras, governadores e outros dirigentes com seus homólogos de outros países, em especial os latino-americanos.

A criação de políticas regionais comuns, além da própria execução de diretrizes contidas nos eixos das políticas externas dos países, é um fator importante para a estabilização e manutenção do desenvolvimento da área, em que pese a capacidade de articulação dos próximos líderes eleitos.
Por fim, frente aos desafios que tem começado a despontar junto à chegada do novo ano, cabe acrescentar a necessidade de transformação na habilidade dos novos governantes em perceber e, de fato, fazer com que a forte interlocução entre os meios doméstico e internacional não seja um entrave democrático, mas antes, oportunidades conjuntas de superação de desigualdades.

Fonte: http://www.jornal.ceiri.com.br/mapa-das-eleicoes-de-2014-na-america-latina-e-caribe/

Espaço Aberto I

PROEALC na 25ª edição da UERJ SEM MUROS

Entre os dias 22 a 26 de setembro de 2014, a equipe do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC) participará da 25ª edição da UERJ SEM MUROS, evento promovido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) a fim de apresentar a produção que tem desenvolvido no campo das esferas do ensino, da pesquisa e da extensão, buscando ir além dos "muros" da Universidade, o que deve ser de fato o compromisso da universidade pública. Como um Programa de Extensão, o PROEALC tem contribuído para fazer avançar o conhecimento e exercido a reflexão crítica diante da produção do mesmo, o qual por sua vez deve ser socializado à população de modo geral. Com este espírito a equipe do PROEALC se apresentará em três modalidades que ocorrerão simultaneamente na UERJ SEM MUROS (Estágio Interno, Iniciação Científica

e Extensão. Seguem abaixo os trabalhos a serem apresentados, sob orientação da Coordenadora do PROEALC, Profa. Dra. Silene de Moraes Freire:

Resumos UERJ Sem Muros 2014

18ª Mostra de Extensão:

Projeto: Observatório de Direitos Humanos na América Latina
Coordenadora: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Apresentação: Fabrício Cândido Madureira, Maria José Martins da Silva e Amanda Lessa de Mello

O projeto do Observatório de Direitos Humanos na América Latina caracteriza-se como proposta de construção de um espaço interdisciplinar de pesquisa voltado para sistematização, pesquisa, documentação e análise referente à cobertura dos meios de comunicação impressos e digitais sobre temas relacionados à efetivação dos Direitos Humanos na América Latina. O objetivo central desse projeto é desenvolver uma investigação quantitativa e qualitativa propondo um questionamento do papel social dos jornais e revistas latino-americanas. O projeto parte do pressuposto teórico de que o discurso midiático não é imparcial, e seu papel não se resume somente a difusão de informação, pelo contrário, entendemos que o mesmo faz parte de uma lógica que Marilena Chauí (2006) definiu como simulacro do poder. A autora acredita que os "detentores" do conhecimento ou de seus meios de produção e divulgação, através da mídia, disseminam por seu intermédio seus códigos ideológicos privados de compreensão do mundo, como se os mesmos fossem gerais, ou seja, criam simulacros, ao mesmo tempo em que oferecem informação sobre o "mundo real" como mercadoria. A metodologia do projeto consiste no levantamento de notícias e opiniões, nos meios de comunicação impressos e virtuais, acerca da negação, defesa e ampliação de Direitos Humanos na América Latina, que subsidiem a realização de análises comparativas, capazes de mapear a importância da mídia para construção do consenso social em torno do tema. São indicadores de avaliação de produtividade do projeto: a procura do acervo do observatório por estudantes, professores e pesquisadores da UERJ e de outras instituições; a publicação de artigos, livros e revistas; o acesso ao site do Programa; a publicação virtual trimestral do Boletim ODH; realização de trabalhos em seminários e congressos nacionais e internacionais, cursos e outras atividades afins. O banco de dados do Observatório é alimentado diariamente e é disponibilizado on line semestralmente.

Titulo: Direitos Humanos na América Latina Contemporânea
Coordenação: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Apresentação: Andreia de Souza de Carvalho e Elena Vasconcellos Funcia Lemme

O projeto Direitos Humanos na América Latina Contemporânea foi criado em 2005, como uma das ancoragens principais das reflexões desenvolvidas no Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC/CCS/UERJ). O objetivo central do projeto é promover e divulgar análises comparativas sobre a situação das sociedades da América Latina nas dimensões econômica, social, política e cultural, com ênfase nos limites e possibilidades de efetivação dos direitos humanos na região. A metodologia do projeto consiste no levantamento dos diferentes enfoques sobre como a questão dos direitos humanos na América Latina que são veiculadas nos meios de comunicação, nos documentos oficiais e por entidades de defesa dos direitos humanos. Além de organizar acervos bibliográficos de periódicos, livros, dissertações e teses, socializando tais levantamentos junto às universidades dos Estados da Região. As repercussões deste debate são analisadas no que se refere à implementação ou não de políticas públicas efetivas de controle ou superação de suas demandas. Publicações nesta direção são efetuadas anualmente através da edição de coletâneas interdisciplinares sobre o tema. Tal levantamento é mediado pela leitura teórica realizada no Grupo de Estudos do PROEALC. A análise dos registros mais significativos desse material são sistematizados e apresentados no site www.proealc.uerj.br, via Boletim Virtual PROEALC e em demais publicações e eventos científicos. Além de tais questões, é realizado no âmbito do projeto o Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje. Os Seminários anteriores, I e II, foram

realizados na UERJ em 2006 e 2008, e o III na Universidad de la Republica, Uruguai, em 2010. A quarta edição do Seminário foi realizada em 2012 e está prevista uma quinta edição para 2014, em Buenos Aires. O projeto desenvolve ainda: debates, simpósios, cursos de extensão, oficinas no PROINICIAR e assessorias.

Titulo: Programa de Estudos de América Latina e Caribe
Coordenação: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Apresentação: André Wilian de Novaes da Costa, Hugo Macedo de Araújo e Caroline Moreira Cabral

O Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC) foi criado no ano de 1994, no Centro de Ciências Sociais (CCS/UERJ), no Pavilhão João Lyra Filho, sala 8018, bloco E. Constitui-se como um centro interdisciplinar, referência nacional e internacional em pesquisa, documentação, orientação de estudos e atividades de extensão sobre duas linhas de pesquisa prioritárias: "Processos Políticos na América Latina contemporânea" e "Direitos Humanos na América Latina Contemporânea". Objetivos do projeto: 1) possibilitar que bolsistas de extensão adquiram conhecimentos sobre o desenvolvimento de atividades; 2) promover a vivência de práticas acadêmicas, políticas e sociais, principalmente através da leitura de textos de formação, da realização de entrevistas, redação de artigos acadêmicos, discussão e confecção de informativo, apresentação em congressos e da análise de levantamentos estatísticos; 3) promover o intercâmbio entre instituições de ensino superior da América Latina sobre a realidade dos países latino-americanos e 4) manter um banco de dados sistematizado e atualizado disponível aos pesquisadores sobre os países latino-americanos. Metodologia de avaliação: 1) acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas no projeto; 2) realização de Grupos de Estudos; 3) reuniões de Equipe; 4) publicações de livros e artigos em anais e Congressos e revistas científicas; 5) atualização do site do PROEALC com atividades desenvolvidas no projeto; 6) reavaliação e operacionalização do desenvolvimento do Projeto; 7) elaboração de Relatórios Conjuntos; 8) aprovação de trabalhos em Congressos e Seminários; 9) procura do acervo do projeto por pesquisadores; 10) elaboração de análises qualitativas e qualitativas com o material coletado; 11) participação de pesquisadores nos eventos promovidos no âmbito do projeto; 12) consulta aos dados divulgados e 13) realização de parcerias nacionais e internacionais.

23ª Semana de Iniciação Científica

Projeto de Pesquisa: Estado, Conflitos Sociais e Questão Social no Brasil
Título: Desafios do "novo" ciclo de lutas nos anos de 2013 e 2014 no Brasil
Autores: Fabyane Crystine Oliveira Soares e Augusto Waga
Orientadora: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Resumo:

Introdução: Em 2013, o Brasil passou a assistir a uma série de manifestações. Uma das grandes novidades das manifestações iniciadas em meados de 2013 é que tiveram perfil distinto do que marcava as lutas sociais brasileiras. Não foram convocadas nem pelos partidos de esquerda, nem pelos movimentos sociais tradicionais. A partir do chamado de um pequeno grupo, o Movimento Passe Livre, as multidões autoconvocaram-se, usando as redes sociais. Esta cultura política de autonomia não é inteiramente nova. Foi ela que suscitou, no início do século, grandes eventos, como os Fóruns Sociais Mundiais. Porém, é a primeira vez que se tornou realmente popular, alcançando multidões. Este fato pode ter enorme importância, e abala um cenário político que tendia à estagnação. A explosão social recente em nosso país ainda não foi suficientemente aclarada, pois brotou do terreno escondido das contradições que necessita ser investigado. Objetivos: Desvendar as recentes manifestações sociais e o enfrentamento da 'questão social', a partir da ascensão do chamado Estado de Polícia, em que se verifica um enfoque às políticas de segurança pública acompanhadas de uma regressão da cidadania e da garantia de direitos. Metodologia: Estudo de obras sobre o tema, de forma que possamos entender como a mídia constrói o consenso sobre as políticas públicas e as

recentes manifestações sociais, se articulando organicamente com o Estado. Resultados: Formação de banco de dados, elaboração de artigos e trabalhos para apresentação em Seminários. As notícias coletadas, de junho de 2013 a julho de 2014 apontaram para a criminalização da 'questão social'. Conclusão: A análise das notícias e das referidas obras revelam como as mobilizações recentes são fundamentais para a compreensão da relação entre Estado e sociedade civil. O Estado responde a esta correlação de forças com controle e criminalização aprofundada das classes subalternas. Tais fenômenos recentes se inserem em uma lógica perversa de desemprego estrutural, a partir dos anos 1970, em que, o autoritarismo vai tornando uma prática comum em tempos ditos democráticos, configurando o que podemos chamar de barbárie. Palavras-chave: Conflitos Sociais; Questão Social; Repressão Estatal.

Projeto: As Novas Expressões da "Questão Social" no Brasil Contemporâneo
Orientador (a): Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Título: Violência contra as mulheres no Brasil: nova expressão da "questão social"?
Alunos: Laís Soares Faria de Souza, Fernanda Sofieti Netto
Bolsa: PIBIC –UERJ
Resumo:

Introdução: O trabalho foi elaborado com base nas reflexões desenvolvidas no projeto "As Novas Expressões da Questão Social no Brasil Contemporâneo", vinculado ao Departamento de Política Social, da Faculdade de Serviço Social, e desenvolvido no âmbito do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC). O mesmo visa identificar as heranças culturais que influenciam até os dias de hoje a permanência de expressões violentas da 'questão social', diretamente relacionada às questões de classes sociais e gênero, envolvendo a violência contra mulher expressa nos alarmantes índices de homicídios femininos em nosso país. Neste estudo, daremos ênfase à violência doméstica perpetrada às mulheres, analisando as políticas de apoio às mulheres vítimas de violência, que muitas vezes acabam voltando a viver com seus agressores, ao não receberem o suporte adequado do Estado. Entendemos que essa triste expressão da 'questão social' no Brasil revela um passado insepulto que mesmo com as formas legalistas de enfrentamento que vem sendo implementadas e aperfeiçoadas pelo Estado continua sobrevivendo, pois se trata de fenômeno complexo que precisa ser superado em sua totalidade. Objetivos: investigar o modo específico de intervenção do Estado brasileiro face às perversas expressões da "questão social" referentes a questão de gênero relacionando-a com a inserção da classe social das mulheres vitimizadas. Metodologia: entendemos que todo processo metodológico necessita de uma clara ancoragem teórica que permita construir e reconstruir o universo da investigação. Assim sendo, cabe observar que partimos de diversas constatações dos rumos da "questão social" na atualidade para construirmos os caminhos de nossa pesquisa. Resultados: temos constatado uma cultura histórica-patriarcal, na qual a violência contra as mulheres não só é banalizada como também "incentivada", através de práticas sexistas e discursos midiáticos, construindo permanências de difíceis superações. A investigação realizou a formação de banco de dados bibliográficos e hemaroteca, divulgados no site: (www.proealc.uerj.br) e proporcionou elaboração de artigos e trabalhos para apresentação em Seminários. Conclusão: a pesquisa encontra-se ainda em fase embrionária, mas já nos permite perceber as interfaces das expressões da 'questão social' com a violência contra as mulheres, que revelam aspectos permanentes e perversos em nossa sociedade. Palavras-chave: "Questão Social", Violência, Mulheres

Projeto: Mídia e "Questão Social": Uma análise da manufatura do consenso neoliberal
Orientador (a): Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Título: A manufatura do consenso neoliberal: os meios de comunicação brasileiros
Alunos: Rhaysa Sampaio Ruas da Fonseca e Rafael Corrêa Pinheiro
Bolsa: PIBIC – FAPERJ
Resumo:

Este trabalho tem por objetivo explicar, partindo da constatação de Antonio Gramsci que reafirma o papel da imprensa como um aparelho privado de hegemonia,o tratamento da mídia às diferentes "criminalizações", no quadro do enfrentamento da questão social pelo Estado.A partir do levantamento de fontes primárias, observamos que criminalização da pobreza e gerenciamento desta ainda regem o enfrentamento da questão social pelo Estado desenvolvimentista brasileiro, de forte determinação neoliberal. As remoções e

desapropriações urbanas e a necessidade de segurança da cidade do Rio de Janeiro para os Megaeventos foram o principal mote para a ação coercitiva do Estado, legitimada pelos meios de comunicação, que contribuíram na construção de consensos, veiculando ideologias que expressam as representações sociais das classes dominantes, contribuindopara a manutenção da ordem burguesa.Aliado a esse trabalho, realizamos um levantamento bibliográfico a respeito do tema mídia, buscando mapear a produção bibliográficaa respeito. Percebemos que as publicações sobreo enfrentamento da questão social aparecem em menor quantidade, masas sobre a relação entre mídia, manipulação e monopólio ficam em 3º lugar no total.Concluímosque a Academia reconhece a existência das relações de poder que envolvem a mídia, mas naturaliza as técnicas de combate à questão social.A maior produção sobre o tema se deu nas décadas de 1980 e 1990, cruciais para aimplementação da agenda neoliberal. A questão da mídia, suas funções, especificidades e determinações, permanece como importante tema de pesquisa em tempos de neoliberalismo. De acordo comum relatório de 2013, a receita dos jornais, a circulação de jornais impressose os investimentos em anúncios no Brasil cresceram, contrariando a tendência mundial. Importante ressaltar que este relatóriocomeça pelo estudo da classe C, que hoje representa o principal mercado consumidor do Brasil, não isolado da realidade impulsionada pelo capital. Ainda que a mídia impressa esteja em decadência no mundo, na América Latina ela cresce, pois o capital internacional ainda vê nela grande fonte de lucro através de propaganda e importante instrumento de disseminação da ideologia neoliberal nesses países.

14ª Semana de Graduação

Projeto: Mercosul: os desafios para a construção de um projeto histórico
Título: Processos Políticos na América do Sul dentro do contexto da integração continental
Autor: Hugo Macedo de Araújo
Orientadora: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire

O projeto “Mercosul: Os desafios para a construção de um projeto histórico” corresponde a uma das linhas de pesquisa do Programa de Estudos da América Latina e Caribe (PROEALC) que aspira aprofundar e ampliar o debate a respeito do processo de integração regional na América do Sul em todas as esferas (econômica, política, social e cultural) a partir de uma perspectiva que aponte para a tentativa de enfrentamento universal da ‘questão social’ inerente as diferentes realidades de cada país. A partir dessa linha, o presente trabalho busca, através do acompanhamento dos processos políticos na América do Sul no último ano, traçar um vínculo entre os acontecimentos políticos e diplomáticos em cada país e o projeto de integração regional. Isto é, partindo-se da realidade nacional de cada país, buscam-se afinidades, conformidade de ideias/interesses e identidades políticas semelhantes que os associem ou não para chegar a uma realidade continental convergente ou diluída. A crise política na Venezuela, as eleições gerais em países como Colômbia, Chile, Uruguai, Argentina, Brasil e Equador, a ascensão de outros blocos comerciais como forma de fluxos globais contra hegemônicos (a exemplo dos BRICS) e suas conseqüências para o projeto de integração regional; todos esses fenômenos serão a base para as hipóteses aqui inferidas. Metodologia: essa pesquisa é elaborada a partir da coleta de dados mensais correspondente a essa linha de pesquisa, e das discussões feitas durante os Grupos de Estudos do PROEALC (GEPs). Resultados: apresentação do trabalho na UERJ sem Muros e publicações periódicas na página virtual do PROEALC.

Projeto: Mídia e questão social no cenário neoliberal
Título: Mídia e Questão Social: a ideologia como fator determinante do projeto neoliberal
Autor: Rafael Corrêa Pinheiro
Orientadora: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire

Objetivo: O trabalho é um recorte de um tema central do projeto “Mídia e Questão Social no Cenário Neoliberal” desenvolvido no PROEALC. Objetivamos buscar no campo da ideologia explicações para a manutenção da conjuntura atual baseada em contradições profundas, porém com alicerces bem enraizados. Nesta direção consideramos pertinente resgatar o tema ideologia no interior deste debate, pois trata-se de um conceito amplo, indefinido e muito utilizado nos mais diversos discursos, com as mais diversas formas e sentidos. Ao contrário da concepção vulgar que associa o vocábulo “ideologia” a posicionamentos políticos, entendemos que esta seria o poder de um modo de produção baseado em exploração de classes no campo da

consciência. Com o devido rigor e amplitude teóricos, pode-se chegar a resultados precisos em relação a áreas não discutidas nessa perspectiva, como na doutrina jurídica. Ludovico Silva, autor venezuelano, em obra seminal “A Mais-Valia Ideológica” (2013), desenvolve o que seria o ponto de partida para uma Teoria Geral da Ideologia, destacando que “a indústria ideológica explora o homem naquilo que é especificamente seu: a consciência. E o explora colocando sob essa consciência uma ideologia que não é a desse homem, mas a do capitalismo.” (p. 188)
Metodologia: Coleta de dados dos meios de comunicação responsáveis pela manufatura ideológica do capital e contra-hegemônicos. Paralelamente, pesquisa teórica de produção crítica sobre o tema, com as bases fundamentadas nos autores Istvan Mészáros, Ludovico Silva e, principalmente, Karl Marx, junto a participação semanal nos grupos de estudo do PROEALC.
Resultados: A partir das pesquisas, constatou-se o importante papel da mídia no sentido da reprodução das relações sociais específicas da estrutura do capital e legitimação dos projetos do neoliberalismo. Construção de base de dados, elaboração de relatórios, produção de artigos científicos e participação em congressos.

Projeto: Processos políticos na América Latina contemporânea
Título: Desafios da democracia na América Latina contemporânea
Autor: Rosemberg de Souza Santos
Orientadora: Silene de Moraes Freire

O presente trabalho é fruto do projeto “Processos Políticos na América Latina Contemporânea”, desenvolvido no PROEALC. O mesmo passa pelo reconhecimento de que nesta entrada do século XXI, a região encontra-se povoada por regimes políticos democráticos, conforme os cânones liberais. Entretanto, tal experiência histórica convive com a pior crise econômica e social atravessada pela América Latina. Tal crise, engendrada pelos ajustes neoliberais, aponta a necessidade de analisarmos o significado da democracia neste cenário. As reflexões apresentadas partem do acompanhamento sistemático do ano de 2014, visando monitorar os processos políticos dos países que com maior frequência se destacaram na mídia de grande circulação. Durante o período em tela ocorreu uma intensa mobilização de seguimentos da sociedade civil, que passaram a se manifestar nas ruas, nos seguintes países: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Venezuela, Uruguai, todas as manifestações observadas receberam forte repressão militar. Concomitante as estas questões as eleições no Panamá, onde com 39% dos votos, Juan Carlos Varela obteve a conquista da presidência nas urnas, na Colômbia com 60% dos votos Juan Manuel Santos foi reeleito no segundo turno, acusado de compra de votos e apropriação das forças militares (Farc). Na Bolívia Evo Morales disputa seu terceiro mandato e no Brasil Dilma Rousseff disputa a reeleição a presidência, revelando a possibilidade do governo petista, que já dura doze anos, se manter no poder. A metodologia parte de indicadores socio-econômicos da região, do acompanhamento dos processos políticos dos países latino-americanos na imprensa de grande circulação e em meios de comunicação ligados aos movimentos sociais ou a centros de pesquisa. Resultados: atualização e divulgação de um banco de dados sobre os processos políticos na América Latina, organização de seminários sobre temas afins, participação em congressos e elaboração de artigos que possibilitem a publicização dos resultados.

Projeto: Cultura política e questão social – uma análise do Estado brasileiro no século XX (e XXI)
Título: Extermínio da juventude negra no Brasil. A “questão social” em tempos de barbárie
Autor: Amanda Lessa de Mello
Orientadora: Silene de Moraes Freire

O trabalho é parte da pesquisa: Cultura Política e Questão Social - uma análise do Estado brasileiro no século XX e XXI, desenvolvida no PROEALC/CCS da UERJ. O projeto tem como objetivo a apreciação do enfrentamento da questão social em nossa atualidade, com foco na atuação do aparelho estatal em um processo de “pacificação”. Pretendemos analisar a permanência de traços da chamada cultura política brasileira, construída com base no legado do autoritarismo engendrado pela Ditadura Militar e sua relação com os dias atuais. Utilizamos como metodologia o estudo bibliográfico sobre o tema, acesso aos dados estatísticos, pesquisa diária dos principais meios de comunicação, sistematização e análise dos dados, bem como participação em grupos de estudos semanais. O foco da pesquisa esse ano está na análise dos altos índices de extermínio da juventude negra e na banalização da barbárie no Brasil, por ser uma expressão significativa da questão social. A falta de indignação frente aos diversos tipos de violações dos direitos humanos mostra cada vez mais a presença de aspectos da barbárie na sociedade brasileira. Observamos que

no Brasil grande parte das vítimas da barbárie é a população negra e pauperizada. Conforme os dados estáticos da pesquisa "Mapa da Violência", baseados nos registros de mortalidade do Ministério da Saúde entre 2002 e 2012, podemos observar que o grupo mais vitimizado pela violência no Brasil, em especial a violência urbana, são os jovens negros e pobres. As consequências que o racismo vem acarretando na sociedade brasileira nos fazem inferir que a vitimização da juventude negra encontra-se impregnada das permanências de tal cultura política, que identificaria o jovem negro e pobre como potencialmente perigoso, portanto, passível não só de controle, mas até de extermínio. Resultados: elaboração de relatórios, formação de banco de dados e elaboração de artigos sobre o tema. A pesquisa está ainda em curso e ampliará seus resultados.

Projeto: Monitoria da disciplina Oficina Cultural
Título: A experiência da monitoria de oficina de pesquisa na formação discente
Autor: Caroline Moreira Cabral
Orientadora: Silene de Moraes Freire

Este trabalho tem por objetivo apresentar as atividades desenvolvidas no projeto de monitoria realizado na disciplina, "Oficina Cultural", da grade curricular da Faculdade de Serviço Social da UERJ, que possui carga horária de 60hs, ministrada pela Profª. Dra. Silene de Moraes Freire, realizada no período 2014.1 Os assuntos abordados nesta disciplina visam desenvolver reflexões críticas e criativas sobre a vida social e maior desprendimento na socialização e na interlocução com outras áreas acadêmicas e culturais, alem do papel do Estado e da Sociedade Civil na transmissão e construção e legitimação da Cultura. O objetivo central da disciplina é discutir a compreensão e os sentidos da cultura, aproximando o aluno das discussões acerca dos variados conceitos oriundos de diferentes concepções de mundo no que se refere à cultura. Além de buscar discutir a estreita relação da cultura com os processos hegemônicos, problematizando as inter-relações com o poder e sociedade. Desse modo, objetiva-se contribuir para que o aluno realize elaborações críticas sobre os processos sociais vivenciados pelo mesmo na sua formação profissional e no cotidiano de suas relações. Para atender as exigências das atividades de monitoria estão sendo realizados acompanhamentos e discussões do programa da disciplina, além de fichamentos de textos e artigos referentes a mesma,assim como realização de atividades teórico–práticas orientadas pela professora com a turma, além de pesquisa na mídia virtual para uma melhor análise/atualização do tema, e sistematização de dados relacionados ao mesmo. Pretende-se que a disciplina possa ser desdobrada em pesquisas sobre o perfil dos estudantes, buscando o universo cultural que eles revelam como um processo capaz de contribuir para a emancipação desses sujeitos.

Agenda Acadêmica

XIV ENPESS – XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

Data: 18 a 21 de novembro de 2014
Local: Pelotas (RS)
Maiores informações: http://www2.ufpel.edu.br/ifisp/ppgs/eics/documentos/edital-resumos.pdf

Evento de Ciências Sociais da UFPel terá grupo de trabalho sobre estudos rurais e alimentação: vai até 26 de agosto a chamada de resumos para o IV EICS – Encontro Internacional de Ciências Sociais, que acontece em Pelotas (RS) entre os dias 18 e 21 de novembro de 2014.
O tema do evento esse ano é "Espaços Públicos, Identidades e Diferenças", e o GT em questão é "O rural contemporâneo a partir das práticas: do trabalho e da produção, da alimentação e do consumo". O grupo é coordenado por Renata Menasche (UFPel), Paulo Niederle (UFRGS) e Catia Grisa (UFPel).
Para participar, os resumos devem ter entre 250 e 500 palavras e focar nas transformações que envolvem ruralidade em modos de vida, trabalho, produção, consumo e alimentação. Os aprovados terão até 28 de outubro para enviar o texto completo.

VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP 2015)

Data: 22 a 24 de julho de 2015
Recebimento de propostas: 15 de dezembro de 2014
Maiores informações: http://congreso.pucp.edu.pe/alacip2015/convocatoria/

El VIII Congreso está organizado según áreas y subáreas temáticas. En cada una de éstas se estructurarán mesas, simposios y redes o grupos de trabajo. Todos los participantes del VIII Congreso deberán ser miembros de la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, lo que implica pagar tanto la membresía como el costo de la inscripción. Aquellas personas que hayan pagado la membresía correspondiente a 2015, solo deberán pagar el costo de inscripción correspondiente.

Lançamentos



FREIRE, Silene de Moraes Feire. Direitos Humanos Para Quem? Contextos, contradições e consensos. Rio de Janeiro, Gramma Editora, 2014.

"Direitos humanos são direitos políticos. Sua plenitude é irrealizável nos limites da ordem que concentra poder e riqueza e trata a propriedade privada como base de toda possibilidade inclusiva. É preciso, portanto, virar a política de cabeça para baixo, revolucioná-la para transpor seus limites. Este imperativo poderia estar em uma placa em um dos inúmeros protestos que chegam ao Brasil por insatisfação ou negação da ordem econômica imposta nas últimas décadas. Esta é a atualíssima crítica feita por Marx ao Estado, ao direito burguês, a visão de mundo exaurida de humanidade. A ordem capitalista, portanto, não pode garantir sua hegemonia falando em nome de uma humanidade que ela própria negligencia. A partir dessa afirmação veemente de Marx, a perspectiva desenvolvida ao longo do livro organizado por Silene Freire problematiza a forma maleável e frequentemente desvirtuada com que o tema dos direitos humanos universais é tratado, nublando os sentidos da igualdade, fraternidade e liberdade que revolucionários franceses e a assembleia das nações um dia pretenderam evocar.
É possível que haja sociedades em que os direitos humanos sejam ainda mais desrespeitados que no Brasil. Mas certamente há poucos lugares em que o tema seja menos popular e evoque tantas ideias diferentes no senso comum. Isso talvez se deva a perda da construção dasnoções do direito e da humanidade como processos históricos e conflitivos. Este livro traz ao público textos provocativos que conectam fenômenos participantes da confecção de um consenso naturalizador da privação cotidiana nas cidades brasileiras e latino-americanas. Deste processo participam o Estado e a mídia corporativa. Esta reinterpreta, descontextualiza lutas e conquistas sociais, acusando-as de ineficazes e chamando à cena a punição pelo confinamento e a repressão. Medidas que o Estado se encarrega de exercer como via principal de comunicação com os criminalizados destituídos que deveria proteger.
Em três seções o livro organizado por Silene Freire expõe um produto dos debates do IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL: DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POBREZA: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, realizado em novembro de 2012, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Esta coletânea tem o grande mérito deexpor as reflexões de estudiosos militantes de diferentes disciplinas e experiências, tendo como ênfase especial os normalmente mais vulneráveis das sociedades que experimentam o dogmático mandamento neoliberal. A história desses deserdados das cidades é a história do processo de letalização dos esforços da ordem, da manipulação midiática e das tentativas de arrefecimento da revolta e da exigência da primazia do direito humano sobre a ordem econômica. Este é um livro de denuncia e crítica que, se não esgota o tema vastíssimo, há de deslocar o leitor para um posto ainda mais distante do conforto".

Dario de Sousa e Silva Filho

CISNE, Mirla. Feminismo e Consciência de Classe. Rio de Janeiro, Gramma Editora, 2014.

Sinopse: Nesta obra, a autora apresenta um brilhante estudo dos movimentos de mulheres brasileiras. Com radicalidade e ousadia, debruça-se sobre a formação da consciência militante feminista na luta de classes. O resultado é uma obra vibrante, que aponta os desafios da construção do sujeito revolucionário, individual e coletivo.

Expediente
Reitor
Prof. Ricardo Vieiralves de Castro
Vice-reitora
Prof. Paulo Roberto Volpato Dias
Sub-reitora de Graduação
Profª Lená Medeiros de Menezes
Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron
Sub-reitora de Extensão e Cultura
Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Léo da Rocha Ferreira
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire
Editoras Responsáveis
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Andreia de Souza de Carvalho
Coordenação de Produção
Andreia de Souza Carvalho *(PROEALC/CCS/UERJ)*
Maria José Martins da Silva *(PROEALC/CCS/UERJ)*
Colaboradores
Amanda de Mello (PROEALC/CCS/UERJ)
André W. da Costa (PROEALC/CCS/UERJ)
Augusto Waga (PROEALC/CCS/UERJ)
Caroline Cabral (PROEALC/CCS/UERJ)
Fabrício Madureira (PROEALC/CCS/UERJ)
Fabyane Soares (PROEALC/CCS/UERJ)
Hugo de Araújo (PROEALC/CCS/UERJ)
Rafael Corrêa Pinheiro (PROEALC/CCS/UERJ)
Rhaysa da Fonseca (PROEALC/CCS/UERJ)
Rosemberg Santos (PROEALC/CCS/UERJ)
Diagramação
Andreia de Souza Carvalho *(PROEALC/CCS/UERJ)*
Igor Leal (FAETEC)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.